

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/20572	26773/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação.

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DESPACHO: Aprovo.

CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.15.25.DMOSM

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONCURSO PÚBLICO.

Contratação: Empreitada de “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA QUINTA DA VEIGA”.

Vocabulário CPV: 45453000-7- Obras de revisão e recuperação	Prazo máximo de execução: 420 dias	Preço Base: €3.276.268,48
---	--	-------------------------------------



Entidade adjudicante: Município de Braga, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, por Concurso Público, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do *Código dos Contratos Públicos (CCP)*.

Plataforma eletrónica: <https://www.vortal.biz/pt-pt> (vortalvision).

I - Introdução:

De acordo com a informação constante na proposta de resolução incluída do Processo 23385/2025, a empreitada “**Requalificação e ampliação da Escola Básica Quinta da Veiga**”, encontra-se contratualizada no Quadro de Investimentos Prioritários do Cávado, documento que integra o Plano de Ação do Instrumento Territorial Integrado (ITI) do Cávado, aprovado pela Comissão Diretiva do NORTE2030-FEDER-02257900 em 06/03 /20025, no OP2 – Norte.

Aviso n.º **02_C03-i02_2021**

Financiamento aprovado:

Nº Projeto	Designação	Submetido		Aprovado	
NORTE2030-FEDER-02257900	Requalificação e Ampliação da Escola Básica da Quinta da Veiga	Investimento Total	3 320 113,78 €	Investimento Total	3 320 113,78 €
		Investimento Elegível Comparticipado	2 756 000,00 €	Investimento Elegível	3 297 853,78 €
		Investimento Elegível Não Comparticipado	541 853,78 €		
		Investimento Não Elegível	22 260,00 €	Investimento Não Elegível	22 260,00 €
		Fundo (85%)	2 342 600,00 €	Fundo (71,034%)	2 342 600,00 €

II – Enquadramento:

A presente proposta integra uma estratégia alargada do Município de Braga em requalificar e, se necessário, ampliar os principais equipamentos escolares, adequando-os às novas exigências regulamentares, dotando-os das necessárias condições de utilização, acessibilidade, segurança e conforto térmico.

O acesso a infraestruturas educativas de qualidade e acessíveis devem constituir-se como o elemento fundamental para a igualdade de oportunidades na aprendizagem e conhecimento, no desenvolvimento pessoal e profissional. Os investimentos em infraestruturas e equipamentos educativos são baseados na análise e priorização de necessidades, tendo em consideração as disparidades territoriais e as dinâmicas de



alteração demográfica e com base no instrumento de planeamento existentes. A requalificação desta EB visa dar resposta aos pressupostos do programa base previamente definido, procedendo a requalificação do edifício escolar existente, ampliando-o e adaptando-o, formalmente, as condicionantes e configuração do terreno disponível, garantindo uma acomodação dos espaços necessários para o seu funcionamento, favorecendo uma relação direta entre o existente requalificado, a ampliação e o recreio, formando assim no seu todo, um conjunto funcional e coerente, tendo como premissas principais: a segurança, a funcionalidade e o conforto dos utilizadores.

1.1. Estado atual:

A Escola Básica da Quinta da Veiga integra o Agrupamento de Dr. Francisco Sanches, e situa-se na freguesia de São Vicente, do Município de Braga. É uma estrutura de ensino pré-escolar e de 1º ciclo, com uma capacidade máxima total de 258 crianças e tem uma área total de 4.252m². Dispõe de 2 salas destinadas ao pré-escolar com uma capacidade máxima para 50 crianças e 8 salas destinadas ao 1º ciclo do Ensino Básico com uma capacidade máxima para 208 crianças. As instalações da escola, com cerca de 20 anos, apresentam diversas patologias que carecem de uma intervenção global, tais como:

- Problemas acústicos nas zonas de circulação e salas de aula;
- Ao nível da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE), existe nomeadamente no 1º piso, a necessidade de criação de mais um acesso de evacuação (acesso vertical);
- Instalações inadequadas para as crianças e incumprimento dos rácios;
- Ausência de alguns espaços importantes para garantir um bom funcionamento da escola; - Pavimentos danificados;
- Inexistência de recreio coberto;
- Inexistência de um local abrigado para os pais aguardarem pelas crianças;
- Parque infantil carece de uma requalificação (o recreio foi requalificado em 2018);
- Inexistência de sombreamento na fachada nascente;

A estrutura apresenta algumas carências que colocam em causa o normal funcionamento da mesma, nomeadamente problemas acústicos nas zonas de circulação e salas de aula, acessos de evacuação no 1º piso deficitários, instalações inadequadas para as crianças, ausência de espaços relevantes ao bom funcionamento da escola, pavimentos bastante danificados, inexistência de um recreio coberto, inexistência de um local abrigado para os pais aguardarem pelas crianças e parque infantil bastante degradado.

Relativamente à necessidade de ampliação, esta é alicerçada pelo crescimento demográfico que se verifica em todo concelho de Braga e particularmente na freguesia de São Vicente. Por análise dos dados “*censos 2021*” constata-se um crescimento populacional de aproximadamente 5,5% de população residente, pelo que se pretende



coma presente ampliação corresponder à crescente procura de ofertas educativas ao nível do ensino básico.

1.2. Proposta de intervenção:

Assim, foi definido que a intervenção a executar deve ser global, tanto ao nível de ampliação como de requalificação, visando melhorar a segurança, a funcionalidade e o conforto do edifício, nomeadamente, a temperatura, a luminosidade, o conforto acústico, entre outros. Pretendeu-se dotar o espaço com a máxima qualidade espacial e funcional, por forma a habilitar as instalações em conformidade com a regulamentação e com a procura e necessidades comprovadas, foi executado um projeto de requalificação e ampliação da Escola Básica da Quinta da Veiga, dotando-se o espaço com a máxima qualidade espacial e funcional, tornando-o acessível, amplo e capaz de responder às necessidades das crianças. Atualmente a Escola Básica da Quinta da Veiga não possui espaço de recreio coberto, sendo necessário colmatar esta falha. Para o efeito será criado um espaço amplo com cobertura, e em plena ligação com o recreio exterior (não coberto), sem interferências na amplitude de espaço, e sem barreiras arquitetónicas, fator muito importante para as crianças poderem brincar livremente e em segurança e minimizando as barreiras. O recreio coberto ficará no prolongamento do polivalente, no piso R/C. No desenho da criação do recreio coberto procurou-se não gerar divisão dos espaços, mas antes, conjugar este espaço coberto com o restante espaço de lazer, de modo que todo o espaço se adaptasse a novas funções de flexibilidade e reversibilidade, para usufruto das crianças e sem o condicionamento direto das condições meteorológicas desfavoráveis. O recreio coberto, também fará com que este seja um espaço mutável, permitindo a realização das mais variadas atividades, entre as quais a realização de festas e de atividades físicas, entre outras. A requalificação inclui ainda, no piso r/c, a ampliação da copa, permitindo criar os trajetos de sujos e limpos; a criação de uma sala de reuniões e um gabinete de atendimento, uma sala do pessoal, salas de arrumos para material didático, material desportivo e material de limpeza, instalações sanitárias para adultos; instalações sanitárias para o Jardim de Infância. No piso 1, será criada uma sala de direção, será ampliada a sala de professores/educadores, serão criadas duas salas de apoio e ampliadas as instalações sanitárias. Os pavimentos interiores serão substituídos uma vez que os existentes, se encontram bastante desgastados. De referir ainda, que serão instalados na cobertura plana, painéis térmicos para aquecimento das águas.

1.3. Pareceres prévios vinculativos obtidos por parte de entidades externas:

- E-REDES;
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);
- AGERE EM;
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE);
- Autoridade Regional de Saúde Norte (ARS-Norte);



- GASAIR.

2. Dispensa de cumprimentos de exigências legais consideradas

2.1. Fundamentação para a não adjudicação por lotes

Pese embora o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, parece-se absolutamente claro que, à semelhança de procedimentos semelhantes, que objeto global é tecnicamente e funcionalmente incindível, ou seja, não será possível considerar-se a adjudicar a execução dos trabalhos a diferentes entidades, pois, a interdependência operacional e técnica das diferentes especialidades inviabiliza determinadamente esta opção.

2.2. Fundamentação do preço base

Pese embora assumindo-se o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, o Município suportou-se, no que concerne à determinação dos preços unitários e consequentemente do respetivo preço base global, em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47º do CCP, designadamente por determinação dos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo com a necessária adequabilidade dos mesmos às atuais condições de mercado e às condições técnicas implícitas à execução de cada tarefa.

2.3. Dispensa de revisão de projeto

A Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designadas «instruções para a elaboração», e a classificação de obras por categorias.

A revisão prévia do projeto de execução por entidade distinta do projetista encontra fundamento na salvaguarda da qualidade dos projetos e visa garantir uma maior eficácia na fiscalização dos seus custos e prazos.

O número 2 do artigo 43.º do Código de Contratos Públicos e o número 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, impõe o dever de submisso do projeto de execução de obras públicas a revisão prévia por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, sempre que se verifiquem os pressupostos legais enunciados e que se prendem com a escala e complexidade da solução conceptual desenvolvida.



De facto, a revisão deve ser efetuada por entidade distinta do autor do referido projeto de execução quando estejam em causa obras públicas acima de certa categoria ou cujo preço base seja, atualmente, superior a €400 000,00.

No entanto, o Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro, veio estabelecer o regime que dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.

Este decreto, quando integrados em procedimentos de formação de contrato de empreitada de obras públicas que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, designadamente pelo Plano de Recuperação e Resiliência – como é o caso – a entidade adjudicante pode determinar a dispensa da revisão prévia do projeto de execução, não dando, portanto, cumprimento à obrigação prevista no n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e no n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho. No entanto, essa dispensa tem de ser fundamentada: deve a entidade adjudicante fazer acompanhar essa dispensa expressa – tem de constar expressamente da decisão de contratar – da demonstração da existência de risco de não conclusão da empreitada dentro do prazo previsto no caderno de encargos e, consequentemente de perda de financiamento, **total ou parcial**, com recurso a fundos europeus caso o projeto de execução seja objeto de revisão prévia.

O programa de financiamento prevê a necessidade de cumprimento de meta de execução parcial de garantir, até 30 de setembro 2025, uma faturação mínima que garanta 30% do total do valor financiado sob pena de perda do montante de fundo que resulta da diferença entre as referidas metas e o montante acumulado de execução efetiva.

Nestes termos, e relativamente à fundamentação referida - sendo que esta acompanhará a proposta de abertura de procedimento a remeter ao órgão competente -estimando-se um prazo de desenvolvimento do procedimento concursal dae prazo estimado de contratualização e execução da revisão de projeto em 4,5 meses, facilmente se constataria que o término da empreitada se desenvolveria para além da data-limite fixada e consequentemente a perda de financiamento no valor máximo de €989.356,13.

Pese embora o recurso à dispensa prevista no DL 108/2024, tratando-se de um projeto desenvolvido externamente com exceção do projeto de arquitetura, o município procedeu a uma cuidadosa revisão de todos os elementos que o compõe, este processo de revisão está perfeitamente documentado no respetivo processo.

3. Critério de adjudicação

Nos termos do número 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será garantida de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**.



Nos termos do artigo 139.º do CCP o modelo de avaliação das propostas será determinado através de modelo matemático.

a) As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas e avaliadas e hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.

b) O mérito das propostas será aferido em função do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, ou seja, critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, por ponderação dos seguintes fatores:

Fatores	Ponderação	Total
Preço	70%	100%
Prazo de execução	30%	

c) As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do *Código dos Contratos Públicos*.

d) Cada fator do critério de adjudicação será operacionalizado por intermédio de uma fórmula matemática que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.

e) A valorização do **fator preço** será determinado por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o preço base e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a €0,01 (um centímo);

f) O fator preços será valorizado de 0 (zero) a 8(oito) correspondendo 0 (zero) a propostas de preço igual ao valor base do procedimento e 8 (oito) para propostas iguais ao preço mínimo previsto na alínea anterior.

g) A análise das propostas face à valorização do fator preço será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte fórmula matemática:

$$\text{Fator preço} = \left(1 - \frac{\text{preço proposto} - 0,01\text{€}}{\text{preço base} - 0,01\text{€}} \right) \times 8$$

h) A valorização do **fator prazo** será determinado por comparação do prazo proposto com o intervalo de prazo compreendido entre o prazo máximo de execução de todas as prestações que integram o objeto do contrato (420 dias de calendário) e o prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes e que corresponde a 360 dias de calendário.

i) O fator prazo será valorizado de 0 (zero) a 1(um) correspondendo 0 (zero) a propostas de prazo igual ao prazo máximo de execução do contrato (420 dias) e 1 (um) para propostas de prazo correspondente mínimo previsto no ponto 1 do presente artigo.



j) A análise das propostas em face do fator prazo será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte formula matemática:

$$\text{Fator prazo} = 1 - \frac{\text{Prazo proposto} - \text{prazo mínimo}}{\text{prazo máximo} - \text{prazo mínimo}}$$

3.1. Pressupostos da adjudicação

3.1.1. Nos termos previstos no número 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos, na eventualidade de todas as propostas vierem a ser excluídas, o órgão competente poderá **adjudicar aquela que** - de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas pelo facto do preço contratual proposto seja superior ao preço base e desde que não excedam em mais de 20% o montante do preço base – **seja ordenada em primeiro lugar de acordo com os critérios de adjudicação.**

3.1.2. Nos termos do artigo 292.º do Código de Contratos Públicos, deverá ser prevista a possibilidade do contraente público efetuar **adiantamentos de preço** por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios na percentagem máxima prevista na alínea a) do ponto 1 do referido artigo.

Por motivos de interesse público subjacentes ao processo de financiamento N2030, recorrer-se-á à, se necessário, ao regime de excecionalidade previsto no ponto 3 do artigo 292.º, ou seja, sejam efetuados adiantamentos sem que estejam reunidas as condições previstas no número 2 do mesmo artigo.

III - PROPOSTA DE APROVAÇÃO:

Face ao supramencionado, e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato que se pretende celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa autorizar e **aprovar a referida contratação**, nos termos indicados, propondo-se ainda o seguinte:

- Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

. Programa do procedimento;

. Caderno de encargos;

. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.



- Parâmetros base:

Os parâmetros base compreendidos no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, são os seguintes:

a) O preço base do procedimento será de **€3.276.268,46** (três milhões duzentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor**, ** significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, sem prejuízo do previsto no número 6 do artigo 70.º do CCP.

b) Prazo máximo de execução da empreitada: **420 dias**

- Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de **30 dias** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República***, **.

- Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada

Membros efetivos:

- Valéria Borges (Presidente)
- Rita Gonçalves
- António Torres

Membros suplentes:

- Carlos Rodrigues
- Ana Martins

Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: António Torres.

- Gestor do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada



ao **Eng. Hugo Martins**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

- Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às correções nas peças do procedimento de erros cálculo ou escrita, e erros nos dados introduzidos na plataforma eletrónica;
- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

IV - Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação de cabimento n.º 96649 emitido em 01/07/2025.

V - Declaração de inexistência de conflitos de interesses

De modo a assegurar a isenção e a imparcialidade e ainda prevenir situações de favorecimento no presente procedimento, todos os signatários da presente proposta ficam automaticamente vinculados à declaração de inexistência de conflitos de interesses (DICI_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto), em anexo.



Braga, 01 de julho de 2025

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

(Valéria Borges)

Em anexo à presente proposta:

- Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses _Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto.

Em anexo nos documentos do processo:

- Cabimento; Programa do Procedimento; Caderno de encargos; Projeto de execução.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Código Validação: 6JZJPTA3TJYQURLEQKE5S7MXQ
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 11 / 12



ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º da Portaria n.º 185/2024/1 de 14 de agosto)

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses

O Signatário, a desempenhar funções no Município de Braga, declara, sob compromisso de honra, que, na presente data, relativamente ao presente procedimento, respeitante à contratação pública – Empreitada **"REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA QUINTA DA VEIGA"**, não se encontra numa situação de conflito de interesses nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, isto é, em situação em que se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão, nos termos dos artigos 69.º e 73.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 24.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Mais declara, sob compromisso de honra, que se, no decurso do presente procedimento, vier a encontrar-se, ou previr razoavelmente vir a encontrar-se, numa situação de conflito de interesses, comunicará a situação ao superior hierárquico ou, na sua ausência, ao responsável pelo cumprimento normativo, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção.

Braga, 30 de junho de 2025

